

A utopia do *Quinto Império* em Vieira e nos pregadores da Restauração

João Francisco Marques

(Universidade do Porto)

Citação: João Francisco Marques, "A utopia do *Quinto Império* em Vieira e nos pregadores da Restauração", *E-topia: Revista Electrónica de Estudos sobre a Utopia*, n.º 2 (2004). ISSN 1645-958X

<http://www.letras.up.pt/upi/utopiasportuguesas/e-topia/revista.htm>

O P. António Vieira (1608-1697), paradigmático arquitecto e apologista do *Quinto Império* que ao tempo dinamizou a mentalidade da nação, proporcionou a Manoel de Oliveira o filme *Palavra e Utopia* (2000), onde a exaltação do verbo oratório do célebre pregador português corre paralelo com a evocação do seu perfil, dinâmico e corajoso. Tendo sido, *primus inter pares*, Vieira foi um religioso de actividade vária e transbordante, cujo percurso de orador, diplomata, missionário e defensor das causas mais delicadas e provocatórias do mundo em que viveu: a liberdade dos oprimidos – os índios brasileiros reduzidos a degradante convicção servil e o tratamento desumanizado dos nativos africanos levados para o Brasil como escravos, atravessa o séc. XVII por inteiro. Autor de a *Clavis Prophetarum*, a História do Futuro e Esperanças de Portugal, que considerava os "altíssimos castelos" e preferia aos sermões, tidos por "pobres choupanas", ergue-se como paladino do sonho milenarista do *Quinto Império*, para si, não utopia antes realidade futura de cujo advento se não podia duvidar, pois tinha por alicerce a promessa divina.

1. O profetizado destino universalista de Portugal foi comungado, durante séculos, pela maioria dos oradores sagrados da nação. Seguir essa trajectória é ver, historicamente, com a objectividade possível, a importância do mito fundador da monarquia lusitana na pregação coeva, empenhada na justificação da autonomia política reavida em 1 de Dezembro de 1640 e na defesa da independência sob a égide dum *rei natural*.

Na aparição de Cristo crucificado a Afonso Henriques no campo de batalha de Ourique em 1139, anunciando-lhe a vitória sobre o mouro infiel, foi prognosticado o destino glorioso da nação a quem Deus prometeu o domínio do mundo. Por isso, o milagre de Ourique, mito para que apontava a justificação de polemistas e pregadores portugueses do movimento autonomista de 1640, era também invocado a fim de acalantar a utopia do *Quinto Império* (ver Marques 1989), que implicava a conversão do mundo e o início duma nova idade de ouro. Mas, se por um lado, a narrativa divulgada pela historiografia alcobacense permitia calcular o monarca em que recaía a *Décima sexta geração atenuada*, por outro, não constituía tarefa fácil fixar o início concreto desse império universal associado ao trono luso.^[1] Para a argumentação dos vários oradores impunha-se, no entanto, ligar os dois elementos. Ideologicamente, nenhuma dificuldade apresentava semelhante perspectiva, dado o carácter providencial de que, para eles, se revestira o sucesso aclamatório do 1º de Dezembro da era de quarenta. Se Deus tornara possível aquilo em que já se começara a desesperar, conjecturavam os pregadores que o fora para se efectivar por completo o que prometera à nação portuguesa. Desta forma, visionavam que o *messias libertador*, unido por um laço profético à Providência divina que o suscitara, deveria ser também o executor integral do plano assignado ao novo povo eleito. Assim, no exórdio do primeiro sermão oficial da Aclamação, pregado em Goa, o teatino Ardizzone Spinola assinala o acontecimento restauracionista como sendo a restituição do Reino a seu rei natural e legítimo senhor, o ressurgimento de uma Monarquia a precipitar-se no ocaso, a chegada do encoberto por tantos anos e só então descoberto. E acrescenta: "à quem o Ceo preordenou de preterito, para haver de soceder no mando, & governo do vosso Império na 16. geração de seus avós & depois cõ muitos oráculos, prognosticos, & profecias volo prometeo defuturo, & de presente volo deu com muitos prodígios, & com esperanças mui certas de muitas felicidades" (cf. Spinola 1680a: pp. 3-4). Alcançada a liberdade da pátria, podiam os portugueses refazer o sonho messiânico milenarista da conquista do mundo e da sua conversão cristã consubstanciada na ideia de um *Quinto Império*. Insistir neste elo revelava-se de grande alcance pragmático, pois que o esforço para a defesa da autonomia reavida tinha uma dimensão transcendente: visava, como objectivo supremo, a unidade religiosa e política do mundo. Ourique era a raiz e o penhor de uma empresa político-espiritual que se chegava a apontar vaticinada na Bíblia e se divulgava através do profetismo popular.

1.1. O discurso do púlpito sobre o vector justificativo do movimento restauracionista assenta nestas premissas e percorre uma tríplice coordenada: o império futuro será português, universal e também temporal, para exclusivo serviço da fé católica.

O tom convicto de um destino imperial e messiânico, pertença de Portugal depois da exclusão dos judeus, é assim transmitido por Ardizzone Spinola, no sermão pronunciado na Índia em 1641, ao mencionar o "milagre" de Ourique:

Quão [Deus] escolheu entre as Nações do Mundo aos Hebreos na ley escrita, lhes chamou povo: *Eritis mihi populus* [Deut. 7,6]. Mas quando entre os Christãos escolheu a Nação Portuguesa, como mais favorecida, & amada, lhe não quis dar nome de povo, mas de Imperio, para sogeitar muitos povos, render muitos Reys, conquistar muitos Reynos, senhorear muitos mares, & por meio da pregação Evangélica dilatar a Fè Catholica nas mais vastas províncias, & terras dos Mouros, & Gentios: *Volo in te*, disse Christo á este Serenissimo, & primeiro Rey de Portugal; *Volo in te, et in semine tuo Imperium mihi stabilire, ut deferatur nomen meū in exterar gētes.* (*idem*, 6)

A utopia era, pois, um poderoso motor para impulsionar a mística da luta pela consolidação da recuperada autonomia. Na verdade, o advento do *Quinto Império* seria o corolário da guerra contra Castela e do reatar da expansão ultramarina de quinhentos. É esta a ideia defendida por Fr. João da Conceição, ao pregar na presença de D. João IV recentemente aclamado. Dirigindo-se ao auditório de escol que o ouvia na Capela Real, afirmou serem esses descendentes dos conquistadores do Oriente – destituidores e fautores de reis na África, Ásia e América – quem havia de restituir, mercê do seu valor,

este reino a suas antigas prosperidades, & ainda auêtejadas, pera q se principie neste reino hua noua Monarchia superior a dos Medos, Percas, & Roma nos, que assi volo promete o Ceo, dilatarseha a Fè nas mais remotas, & barbaras nações, aruorareis vossas bandeiras, illustres pellas reais quinas, significatiuas das sagradas Chagas de Christo, nas mais altas torres de Constantinopla, & ainda da infame Casa de Meca: terà effeito por vós sua ruina, como já algũa vez intentaste; animo tendes pera muito, & Rey pera mais que muito, pêra que assi seja Deos seruido, sua Fè exalçada, sua Igreja dilatada. (cf. Conceição 1641: 22)

1.1.1. Sabido como dentro da estrutura retórica do discurso parenético as perorações constituíam a parte do sermão que oferecia melhor oportunidade para uma referência a esta crença futura, era natural que os pregadores convidassem os ouvintes à prece pelo que mais ardentemente se desejava no imediato e pelo que se considerava como suprema aspiração. Se a graça da salvação eterna entrava num banal formalismo, por imperativo de uma religiosidade voltada para esse objectivo último da vida espiritual, a conversão do mundo podia unir-se-lhe no mesmo voto. E, na expansão do Reino de Deus na terra, Portugal havia sido desde a sua origem o instrumento humano providencialmente escolhido para efectivar essa parusia. Mas, o que por vezes torna equívoca a referência a este sonho patriótico, é quererem alguns oradores vincar a messianidade da nação portuguesa e exaltar o seu carácter nobilitante de império, a fim de o distinguirem dos restantes estados cristãos, levando-os a citar, por isso, as palavras de Cristo em Ourique enquanto referentes à fundação do reino. Quase sempre, porém, a dimensão futura e universalista do império, por força da missão evangelizadora, aparece associada. De tão frequentes e vulgares, na sua expressividade, não merece a maioria dessas referências que nelas se insista, para além de se anotar que surgem como uma espécie de obrigatório refrão, revelando bem a mentalidade que as enfermava e as manipulações ideológicas a que se prestavam. Algumas de tais alusões obedecem, todavia, a uma intenção que ultrapassa esse mero convencionalismo.

O P. António Vieira é dos que mais se aproveitam das partes finais das pregações para alusões imbuídas de um intencionalismo marcante, conforme os momentos pretextavam. Assim, logo no sermão dos Bons Anos, em 1642, substitui expressamente as três habituais *Avé Marias* por três petições, sendo uma delas o advento do Reino de Cristo – *Adveniat Regnum tuum*:

Venha a nós, Senhor, o vosso Reyno de Portugal, que assim nos fizeste mercê de o dizer a seu primeiro fundador El Rey Dom Affonso Henriques: *Volo inte, et in semine tuo Imperium mihi stabilire*. E por isso mesmo *adveniat*, venha: porq como há de ser Portugal hum tam grande Império, posto q tem vindo todo o Reyno, que era, ainda o Reyno, que há de ser, nam tem vindo todos. (Vieira 1642: 29; e 1696: 379; Trindade 1645: 46-47)

Algo, porém, de curioso ocorre no sermão gratulatório de Francisco Escobar, em 1655, quando D. João IV acabara de vencer uma grave enfermidade. [2] A recuperação da saúde do Monarca é tida pelo orador como sinal da perpetuidade prometida por Deus a ele e aos seus descendentes que tanto se inseria na letra da promessa de Ourique, como no espírito do passo profético de Isaías (Is. 44) acerca do Messias. A alusão ao *Quinto Império* fá-la inequivocamente, inscrevendo-a como um feito português na sequência dos quatro anteriores impérios universais:

E que aja pera sempre de durar esta benção, promessa [*sic*] he, não só de Christo na Cruz a esse Marte heroe, insigne Portugues O grande Rey D. Affonso Henriques, se não que de antes tinha feito Deos a seu filho pello Propheta Isaías: *Effundam spiritum meum super semen tuum gratiam conferendo, et benedictionem meam super stirpem tuam in gloria consumando.* [...] Com a saude de Sua Magestade poz o Ceo o vltimo termo â nossas esperanças, & o primeiro principio ás glorias de Portugal, pera que nelle se vejaõ renouadas assim as antiguas quanto famozas monarchias dos Assirios, Medos, Persas, & Romanos; assim o espero ver, assim o dezejo segurar pera o nosso Reyno seja o vltimo da fortuna, & o mayor empenho dos astros. (Escobar 1655: 14)

Se, como assinalámos, a peroração era o momento do discurso mais motivador para este género de incisos, semelhantes explanações dependiam, no entanto, da finalidade e natureza do acto religioso em que o sermão ocorria.

Na verdade, a circunstância de D. João IV haver nascido a 19 de Março, dia de S. José, que por isso mesmo era considerado seu particular patrono, dava ensejo a que os sermões no aniversário do Monarca incluíssem referências aos vaticínios que se esperavam ver realizados no seu reinado. Tal acontece nas pregações de Ardizone Spinola e António Vieira ocorridas nessa festa litúrgica celebrada na Capela Real.^[3] Com efeito, em outro seu sermão ao Santo, em 1644, o P. António Vieira evocou, à maneira de exemplo a seguir pelos reis, os sonhos do Faraó e de Nabucodonosor como prenunciadores do futuro, isto é, as grandes distâncias de tempo que os olhos fechados permitem alcançar por dobrarem a esfera da vista (cf. Vieira 1644: 20 nn). O orador parece querer alertar enigmaticamente o Soberano para uma actuação governativa conducente a obter-se o império visionado e prometido:

Vio Nabucodonosor aquella prodigiosa estatua, que representaua os quatro Imperios dos Assírios, dos Persas, dos Gregos & dos Romanos; o corpo estaua descuidado, com os sentidos presos, & a alma andaua cuidadosa, levantando, & derrubando estatuas, fãtasiando Reynos, & Monarquias. Mais fazia Nabucodonosor dormindo, que acordado: porque acordado cuidaua no gouerno de hũ Reyno, & dormindo imaginaua na sucessão de quatro. Pois se Nabuco era Rey dos Assírios, quem o metia com o Imperio dos Persas, com o dos Gregos, com o dos Romanos? Quem? A obrigação do officio que tinha. Era Rey, & quem quer conseruar o Reyno proprio hade sonhar com os estranhos. (*ibidem*; à margem: *Dan. 3.*)

Em 1649, na sua perspectiva alegórica sobre o evangelho da festa de S. José – onde pretende estarem retratadas as três natividades do rei de Portugal: a natural, a política ou civil e a milagrosa –, Ardizone Spinola argumenta, afirmando que, por esta última, D. João IV tem a Deus por Pai. E será, por isso, o imperador nascido “para todo o Mundo, para senhorear inimigos, desfazer as Abetas dos Herejes, derrubar as Mesquitas dos Mouros, destruir os ídolos dos gentios” (cf. Spinola 1649: 20). A menção vale, sobretudo, por assinalar o carácter universalista e cristão do império a formar, partindo da monarquia portuguesa.

Mais breve, e como tal indicativo de mera alusão formal, é a do graciano Fr. Cristóvão de Almeida, em 1656, que associa o patrocínio de S. José à duração mantida da autonomia recobrada e à esperança do Reino se expandir, a fim de vir “a ser império” como o prometem tantos vaticínios.^[4]

Ao lado, porém, deste culto particular a S. José, o da Virgem, como padroeira da nação, proporcionava igualmente referências afins. Foi o que aconteceu na solenidade da Imaculada Conceição, em 1645, onde o franciscano Cristóvão de Lisboa sublinhou que o agradecimento ao Céu era a via para que “muitas outras coroas se houvessem de ajuntar, & sujeitar” à de Portugal ora liberto do cativo de Castela (cf. Lisboa 1646: 9-10). A prova residia na promessa divina à nação agradecida que “tirá das cabeças dos mais poderosos Reys do mundo” as coroas para “engrandecer, & aventejar cõ ellas”, a do seu Reino escolhido. No acontecido em tempo de D. João I, continuava o orador, se observara já o início de tal facto quando Deus, ao ver os portugueses gratos pelas vitórias alcançadas sobre Castela, lhes abriu o mar Oceano e os levou a “vários, & muitos Reinos” com cujas coroas “engrandeço, aumentou, honrou, & galardoou a de Portugal” (*idem*, 10). Assegurava-lhes, deste jeito, que, se procedessem assim, sobejariam semelhantes felicidades que “muy cedo por sua misericórdia” a Providência divina lhes concederia (*idem*, 11). Na continuidade de um passado histórico assentava, pois, o futuro mítico do avassalamento do mundo sob o trono luso. De mencionar nos parece também pela sua curiosa concepção o aproveitamento que, desta ideia, fez o carmelita Fr. José do Espírito Santo, ao pregar em Guimarães, na festa de N^a S^a da Oliveira, provavelmente em 1656. A terra onde proferia a oração é tomada como referente para poder associar os três elementos que o autorizavam a enunciar a outorga a um rei natural da realidade vaticinada à nação portuguesa, ou seja, o império do mundo – o papa S. Dâmaso, o monarca fundador, o templo da Oliveira, todos sítios na cidade berço da nacionalidade:

Se foi filho de Guimarães o primeiro que celebrou, & publicou esta festividade da coroação da Senhora: filho há de ser de Guimarães o que em Portugal se intitula seu Rei, para que sejao filhos de Guimarães os Reys de Portugal, que haõ de estender, & dilatar por todo o mundo a Monarquia mais feliz que lhe esta prometida. Tenha Guimaraens pela Senhora, & tenha Portugal por Guimaraes a coroa imperial do mundo todo. a nenhum outro Rei se pronostique ser Monarcha do mundo a quem respeitem todos os outros Reis, senão a quẽ foi Rei de Portugal, e nenhũ outro se chame Rei de Portugal, senão for Portugues, & descendente do Real tronco que brotou desta terra. (cf. Espírito Santo 1659: 93-94)

Dentro do espírito da oratória barroca, estas associações eram “agudezas” bem compreensíveis.

1.1.2. Assunto convencional na parénese restauracionista, mercê da invocação constante do “milagre” de Ourique, será lícito conjecturar, através dos textos na altura publicitados, constituir prática corrente tocarem os pregadores, nos dias sobreditos, nesse tema de tanta sensibilidade patriótica.^[5]

Como se verifica na leitura deste sermonário, o teor profético com que era apresentado o mito do *Quinto Império* assentava, pois, nas palavras insistentemente repetidas por Cristo a Afonso Henriques e aceites com o carisma de reveladas. De resto, a harmonização entre a existência histórica de Portugal – nascido num contexto de cruzada e celebrizado por uma acção ultramarina associada ao proselitismo religioso e firmado pela autoridade ético-jurídica do Papado – e um destino universalista, a cumprir pelo seu povo,

era não apenas fácil num plano retórico, mas correspondia até a um sentimento radicado na consciência da nação.

Mercê de vários factores – milenaristas, judaicos e nacionais, – a realidade pudera mesmo projectar-se, simbolicamente, neste ideal messiânico de cariz político-religioso que veio a adquirir uma forte raiz popular. A dimensão sacral desse destino, que pressupunha a conquista do mundo para o evangelizar, foi, para a mentalidade eclesiástica da época logo assimilada pelo povo, o aspecto merecedor de maior atenção nas mais diferentes circunstâncias que pretextavam a pregação: bélicas, natalícias e litúrgicas.

Assim, o dominicano Lopo Soares, em Elvas e no início da campanha militar de 1643, dirige-se aos soldados em termos destinados a avivar-lhes essa mística messiânica que os levaria a empunhar armas contra Castela, afim de deter o exército invasor. Lembrando aos presentes a missão providencial da nação, na esteira do povo hebreu, conferida por Deus nos primórdios da monarquia, acentua enfaticamente o pregador:

Mas nessa ocasião lhe acudio Christo nosso Deus e salvador e favorecendo visivelmente ao famoso e valeroso dom Afonso Henriques confortando-o e ajudando-o muito e dizendo-lhe que aceitasse o título de Rei que os seus lhe querião dar logo para com elle entrar na batalha que foi o mesmo que dizer-lhe Não temais pequeno rebanho de catholicos portugueses porque o pastor eterno teve por bem não só o dar vos a vitória gloriosa e insigne contra esta inumerável multidão de inimigos seus e nossos, se não também darvos num reino o mais celebre e famoso e o mais illustre e glorioso com victorias com triunfos e trofeos de quantos ade aver no mundo [...]. (cf. Lopo Soares, 1643: 2-20)

Idêntico é o pensamento que domina o sermão do jesuíta António Bandeira, ao celebrar o nascimento do futuro Afonso VI, em 1643. Parafraseando a aparição de Ourique e augurando no Infante a continuidade da acção de Afonso Henriques e dos reis da dinastia de Avis, para quem a conquista se colava à expansão da Fé, afirmou:

Bem tem mostrado o sucesso a certeza da visão, & a verdade da promessa, pois em todo o descoberto não ha parte tão remota, nem ha naçam tão inculta, aonde os Portugueses não leuassem a fee de Christo, hūs como soldados da terra, com a espada ferindo: outros como soldados do Ceo, com palavra pregando: aruorando hus, & outros nas 4. partes do mundo, na Asia, na Africa, na America, na Europa, o estandarte real, que o bom lesu nos deu de suas preciosas chagas, por armas do nosso Reino, & confessa já o mundo, que quando os Portugueses foraõ dilatando o Reyno, de donde o Sol se poẽ até onde elle nasce, mais foraõ sempre obrigados de dilatarem a fee, que de estenderem o imperio. (cf. Bandeira 1643: f. 7v.)

Nesta linha sequencial, subordinada ao prosseguimento da difusão da crença católica, o jesuíta Diogo de Arede, ao pregar no dia de S. Tomé, em 1645, na Capela Real, apela com veemência. Como campo de acção, aponta todo o espaço índico e asiático, baluarte da crença muçulmana e heresia monofisita a áreas influenciadas pelo judaísmo e evangelismo protestante, luterano e calvinista.

Acompanha o repto, a promessa da vitória de Portugal tradicionalista, católico-romano e militarmente triunfante. A peroração expande-se num frêmito épico, onde insiste no móbil evangelizador, presente no desencadear da expansão ultramarina, que o levou a arvorar as "quinas, & chagas sagradas", desde a África Ocidental a Cambaia, do Malabar ao Japão, da China ao Império Mongol, em que se "relataõ tradições, que cedo haõ de ser os Portugueses senhores daquelle imperio" (Arede 1646: 35 nn). E, para acentuar que em tudo isso apenas há o propósito de ver cair a idolatria e triunfar a fé de Cristo, faz-se eco deste voto, advogando como resultado o zelo pátrio:

(...) o retorno de sua gloria no vencimento de seus inimigos, na dilatação da sua conquista, nos interesses dos seus comercios, no sucesso de suas viagens, na honra de seu nome, no credito de sua patria, na gloria de sua [sic] monarcha (...). (*idem*, 36 nn)

Algo contraditoriamente, o orador não enjeitava, todavia, o lado humano, em seus proveitos morais e materiais, concomitantes à empresa da dilatação da fé.

1.1.3. Atendendo, porém, à mítica do *Quinto Império* recolhida pelos pregadores do profetismo popular, veja-se algo do que, neste aspecto, aparece.

Chama o cisterciense Fr. Luís de Sá *profecias caseiras* às que circulavam entre o vulgo, prognosticando acontecimentos patrióticos (Sá 1641: f. 12v). Entre outras, menciona a de S. Tomé (*idem*, ff. 12v.-13), que surgira na Índia junto à sepultura do Apóstolo,^[6] em época bem anterior à Restauração, como rezava a lenda. Note-se que o fascínio do Oriente era grande e S. Tomé era o patrono das conquistas portuguesas.^[7] Se lá ficava, no entanto, o teatro da acção da epopeia ultramarina, a decadência do império oriental, de que a Índia constituía o centro, repercutia-se, de facto, dolorosa e inquietantemente, na Metrópole, desde há quase um século. As dificuldades materiais acompanhavam o declínio na evangelização – isso se tornara bem patente nos tempos do domínio filipino. Daí haver motivos bastantes para pulpular este género de vaticínios, em verso latino, traindo uma origem eclesiástica e, certamente, jesuítica. O "maravilhoso", que lhes autorizava a origem, tornava-os facilmente críveis e respeitados, favorecendo a divulgação e a exegese interpretativa.^[8] O mencionado Fr. Luís de Sá, no seu Sermão da Aclamação, realçou a importância da profecia de S. Tomé, citando-a nas estâncias onde

se regista o que estava a suceder desde D. Sebastião a D. João IV, a quem se prognostica o prometido império, que o orador traduz pela perífrase de "infinitas felicidades, muito maiores ainda, do q foraõ nossas desgraças tegora" (cf. Sá 1641: f. 13).

Ao pregar na Sé do Porto, em idêntica celebração, o Dr. Jorge Velho motiva o agradecimento dos ouvintes na peroração, referindo que o Monarca aclamado há-de manter o "Reino firme, estavel, defendido" dos inimigos "e isto naõ por hum ano ou dous mas para sempre". E acrescenta que "por ser homem sancto lhe ha de Deus de fazer este Reyno perpetuo até o fim do mundo que nunca se acabe", como "se colhe de huma prophecia que se achou junto ao sepulchro de S. Thomé na Índia", no ano de 1515 (Velho: res. 463, f. 29).^[9] Esta, continua o pregador, "parece que lhe prophetizou o P. Francisco de Mendonça religioso da Companhia de Jesus" que lhe dedicou "o seu 2º tomo dos Reys", dizendo-lhe que havia "de ser hum grande Sor do Mundo" muito superior a seu pai (cf. *idem*, ff. 29-30). Por sua vez, na alegorização da bíblica Hebron, cidade natal de David, figura de D. João IV, referida a Vila Viçosa, berço do ducado de Bragança e do Monarca, o mesmo Fr. Luís de Sá, num aproveitamento circunstancial da chegada do rei a Lisboa em 1640 e do prestígio militar de seu irmão o Infante D. Duarte, serviu-se da corrente profética peninsular para fazer uma leitura portuguesa de certas alusões ao famigerado mito:

Porem eu naõ me contenho senhor com que sejais so Rey desta coroa vossa, espero em Deos, que o auveis de ser de hum largo imperio: que duas prophecias que estaõ ainda por cumprir entendo que propriamente se diseraõ por vos, he a primeira de pedro Angelio Bargeo na sua Hierolima lib. 6.^[10] onde tras hum vaticinio de hum felicissimo Rey, q affirma auia de nacer depois da era de 1600.^[11] o qual ha de dominar o mundo, alcançando gloriosos triunfos até da Sythia fria, & Libia ardente [...]. A segunda prophecia com q acabo he do Bispo de Pamplona, Dom Fr. Prudencio de Sãdoul, na historia de Carlos quinto lib. 3. n. 2. foi mihi 102.^[12] onde afirma que vulgarmente andaua na boca de Espanhois todos, & que naõ auia Castelhana, que naõ julgasse por verdade infaliuel: q auia de vir tempo que *alpuerto de Villauicioza vernion [sic] muchas gentes en cauallos de maderacompanhando al Gigante*. Sofrei que por despedida vos fallasse castelhana, & despediuos todos de vos entenderdes mais com esta lingua te o dia do juiso: ja q foy necessario vir o dia do juiso pera conheserdes bem quam confusa Babel foy pera com vosco Castela. (cf. Sá 1641: ff. 17, v-18)

E o orador prossegue, apresentando a sua própria interpretação do vaticínio, de forma aos referentes históricos lhe permitirem persuadir os ouvintes da justeza da acomodação:

A qual sem saber o que dezia nestas palavras prophetizou nossas glorias: porq posto que Sandoul no lugar refferido, diz que se cumprio esta prophecia quãdo Carlos quinto entrou em Villauioza de Leaõ ^[13]: eu digo ajudado do sucesso, que não se verificou senão agora em que ao nosso Leaõ de Villaviçoza do nosso Portugal foraõ buscar os nossos portugueses, & acompanharaõ este verdadeiro gigante em animo, poder, & forças até Lisboa, entrando em cauallos de pao todos, paasando o Tejo em bateis, & se quiserdes entender a prophecia de gente que em varios acõpanha outro Gigante da nossa Villaviçoza o Infante & Senhor D. Duarte, que esperamos por momentos a quem muytas gentes seguiraõ em cauallos de madeira & galleons de guerra te o trazer ao seu Villauioza [...]. (cf. *idem*, f. 18)

Conclui, então, num tom encomiástico, de ressaibo épico, onde se situava a sede da casa ducal de Bragança:

Esta prophecia fez com que acabasse o sermão com o próprio seu principio. Olhai como Villaviçoza foi figurada em Hebron, q se nesta Cariat Akbe habitaraõ três gigantes q eu expliquei nas tres caras do Templo de Proserpina, q em Capipoli fundou a gentilidade transformado este templo no do glorioso Apostolo S. Tiago assim como a aontigua Calipoli em Villaviçoza: agora digo, q neste Hebron Lusitano, & em esta Villaviçoza do David Euangelico se vem oje os tres gigantes antiguos de Hebron, sendo o primeiro S. Tiago, o segundo o nosso Rey, & o terceiro o nosso Infante vencendo, & desbaratando os tres Phelippes figurados nos gigantes de Cabeb. (*idem*, 18v.) ^[14]

Como se vê pelas explanações textuais de Fr. Luís de Sá, a exaltação patriótica tudo parecia comportar: o atropelo à verdade histórica, o trocadilho desprimoroso à língua castelhana, o encómio hiperbólico, em jeito de ameaça a Madrid. E tudo isso era expresso através de uma imagética barroquista de personificações: bíblica, hagiográfica e clássica.

As trovas de Bandarra, porém, eram dentro do profetismo popular as que de maior voga usufruíram, permitindo, como se sabe, pelo seu conteúdo vário e suficientemente enigmático, as interpretações mais acomodadas às vicissitudes de um povo que, entre o passado e o futuro, se debatera no "cativeiro" e na esperança, acreditando no seu destino messiânico. O mito imperialista tinha lá a sua coutada.

Dele se valeu também a parénese aclamatória na linha referida. Foi aproveitando-se de um tal filião que Fr. Roque do Soveral pôs termo à sua oração gratulatória pelo acontecimento de 1640, pronunciada em Tomar, num misto de euforia e alento, mas consciente de interpretar o sentir colectivo:

[...] e virá *Portugal* a merecer os bens que lhe estão prometidos por muitas pessoas que o tem profetisado. Os que chegamos aver, o que nesta era vimos, já podemos crer em tudo até ao Sapateiro de Trancoso, que diz em suas trovas que ha Portugal de ser cabeça do Imperio [...]. (cf. Soveral: Ms. 448, f. 18)

Logo, então, enfaticamente pergunta o orador:

A que pessoa podia dar tal soberania se não ao Inlyto muy alto e poderoso Rey Dom João o 4º pois pello Deos por neste lugar fez milagre; podemos esperar, que se estenda seu poder tanto que tendo hum pee em Portugal esteja com outro pizando Espanha e seja do mundo todo Emperador. (*idem*, 18)

1.2. Perpassa, pois, como se detecta pelos extractos apresentados, uma mística imperial em função da fé. Afirma-se a prioridade do espiritual sobre o económico. Proclama-se um expansionismo à escala da orbe, para destruição de todas as religiões e triunfo do catolicismo. Tudo isto sob a égide de um rei português, após a *décima sexta geração atenuada*. A Restauração, que repusera Portugal no trilho do passado, dentro da melhor tradição épica nacional – guerreira e missionária – fizera ressurgir a viabilidade próxima do sonho do *Quinto Império*. Mas terão os pregadores esclarecido mais objectivamente a natureza desse império universal a construir? Das referências transcritas e das fontes documentais onde se apoiam, pode inferir-se que ele assumiria uma dimensão terrena, destinada a permitir a conversão do mundo. Ora é na esteira desses pressupostos que alguns oradores adiantam a ideia de dois impérios, sugeridos pela doutrina medieval das *duas espadas*, adicionando-lhe o mítico estádio de uma idade de ouro.

Fr. Cristóvão de Lisboa, em 1643, evoca a alegoria da estátua do sonho de Nabucodonosor, interpretado pelo profeta Daniel, que viu nela figurados reinos, impérios e monarquias; e o franciscano identifica a pedra que a destruiu, isto é, os conjurados, ou seja, a república que "Deos fez Imperio seu para sempre durar e dominar a varias nações" (Lisboa 1644: 30). Para o pregador, Castela era um dos originais desta estátua; e "quãdo menos o cuidou veio hũa pedrinha sem mãos ajuntaraõse quarenta fidalgos, que entãõ representarão a Republica de Portugal, sem os mover mão poderosa de Príncipe algũ", em brevissimo tempo deu com ela no chão, desfazendo-a seus próprios ministros (*idem*, 31). Acrescentou que esperava ver Deus "sublinhar, & acrescentar" essa República a ponto de vir "a dominar a terra, & durar em quanto ela permanecer" (*ibidem*). E, sobre tais premissas, assentou a sua teoria acerca da natureza desse visionado império, argumentando:

Porque conforme esta divina profecia, a Republica que destruir a estátua, he chamada Reyno de Deos, & dis que durará para sempre sem ser nunca senhoreado de potência alheia, & dado que principalmente se falle aqui do Reyno espiritual da Igreja, tão bem no sentido literal se podem tomar as sobreditas palauras pelo nosso Reyno de Portugal, porque no aparecimeõto, " q Deos fes a nosso Rey Dom Afonso Enriques, deu a este Reyno o titulo de Reyno seu, & lhe prometeu, que depois da atenuação da decima sexta geração sempre o favoreceria, & duraria como o retificou tão bem por boca S. Bernardo, q escreveu o mesmo a el Rey Dom Afonso, onde faz menção do cativoiro deste Reyno, segurando o que não teria outro. (*idem*, 31-32) [15]

1.2.1. A existência de dois impérios, a partir da necessidade de uma acção espiritual e temporal, para se cumprir o plano da Providência, encontra-se, pois, aqui assinalada. Outros, porém, como Ardizone Spinola e Vieira, serão ainda muito mais explícitos acerca da essência desse *Quinto Império*. Com efeito, o orador teatino, que ao assunto deu insistente tratamento, expõe claramente, em várias pregações, a sua concepção dos termos em que pensa vir a concretizar-se a promessa de Ourique que, como já assinalámos, constituía, afinal, um dos mitos universais da cristandade do Ocidente. [16] Assim, no seu sermão acerca da liberdade de Portugal, pronunciado em Goa, dois anos depois da Aclamação, o napolitano Spinola para esclarecer o seu pensamento recorreu a uma imagética com base na lua, "o Planeta immortal", que compara à nação portuguesa. Ao mesmo tempo, apoiou-se na concepção platónica e vitalista da história da humanidade segundo a qual os impérios e monarquias da terra são semelhantes em seu curso às idades dos homens. Só depois o missionário teatino principiou a recordar a doutrina de Inocêncio III sobre os dois poderes universais, simbolizados no sol e na lua. Citando um texto do célebre Pontífice, afirmou que Deus teria pretendido figurar neles duas dignidades: " no mistico Ceo da Igreja Universal queria fundar, hũa espiritual maior, outra temporal menor, hũa que senhoreasse no dia, à saber nas cousas espirituaes, & outra, que senhoreasse ná noite, à saber nas cousas temporaes, & com tanta diferença, quanta ha entre, o Sol e a Lua" (cf. Spinola 1680b, 146-147). [17] Adverte, no entanto, que o Sol representa o Império da Igreja e o "Papa Senhor do Mũdo todo no espiritual" e a Lua o Império temporal e o "emperador Senhor do Mundo todo" (*idem*, 147), acrescentando,

Discorrão agora as Nações de Europa, & cada hũ levado do amor de seu próprio Rey, acarrete pronosticos, & prophecias, para mostrar, que na sua Caza Real tem Deos reservado este primeiro lugar, este Imperio universal do Mundo todo quanto ao temporal, porque nunca poderão negar, levarlhes muita ventagem a Nação Portuguesa, o Reyno de Portugal, os descendentes del-Rey D. Affonso Henriques, a Caza Real del-Rey D. João IV. Porque dous Imperios somente tem Christo Senhor nosso fundado por sua boca, & os té feito com privilegio singular imperios seus, hum espiritual, outro temporal, hum em Roma, que entregou á S. Pedro, & seus soccessores, outro em Portugal, que entregou ao Santo Rey D. Affonso Henriquez, & sua geração, ambos pelo mesmo modo, & quasi com as mesmas palavras. Pois se o Imperio de S. Pedro he o Sol, que alumea, & Senhorea o Mundo todo quanto ao espiritual, o Império do Sancto Rey D. Affonso Henriquez he a Lua, que ha de alumear, & senhorear o Mundo todo quanto ao temporal. (*idem*, 147-148)

A monarquia espiritual do mundo a fundou Cristo – comenta o pregador Spinola servindo-se de textos bíblicos e patrísticos –, quando apareceu ressuscitado, com as chagas recebidas na Cruz, ao seu apóstolo Pedro, tornando-o pastor da sua Igreja, seu Império muito amado, "santo, puro, sem mancha", firme e perpétuo (*idem*, 149. Cita: S. Paulo, "ad Eph. 5, 25"). E acrescenta que Cristo se houve do mesmo modo com Portugal, em Ourique, insistindo sobre as semelhanças de ambos, mas sem deixar de assinalar a especificidade de cada um: espiritual o do Papa e temporal o do Monarca luso (*idem*, 151).

1.2.2. No aproveitamento circunstancial desta doutrina, onde se acentua a subordinação do poder temporal ao espiritual que lhe é superior, pressente-se o diferendo que opunha a Monarquia portuguesa à S. Sé, e dolorosamente se arrastava. De facto, era sensível a opinião pública à recusa do Papa Urbano VIII em receber o embaixador português, agravando assim a resolução do problema da provisão das dioceses vagas (cf. Borges 1957: 119-128). Ardizzone Spinola toma posição ao recomendar a obediência ao Pontífice, sustentando ser esta a política "mais acertada, para as felicidades, & glórias do Imperio de Portugal" e "a razão de estado mais verdadeira, & mais segura", para "se perpetuar eternamente" a dinastia reinante (Spinola 1680b : 153).^[18]

O teatino voltará ainda a insistir na ideia das duas monarquias e na sua função. Lembrará que as une a mesma finalidade última, pois se encontram ligadas por idêntica origem pelo brasão que ostentam por armas. Fê-lo na festa de S. Tomé em 1648, no púlpito da Capela Real, com o tom enfático que lhe era peculiar, tomando por bases justificativas da sua crítica a situação religiosa na Índia e as responsabilidades da monarquia portuguesa:

A perfeita semelhança de duas grandes Monarchias, hũa espiritual em Roma, outra temporal neste Reyno, nos servirá de guia para a acõmodação do Evangelho em dia tao alegre, & festival em que a India tributa suas riquezas a seu glorioso padroeiro, & Apostolo S. Tomé, & reconhece sojeição a seu legitimo Rey. A perfeita (digo) semelhança: Porque estas duas Monarchias são de Christo com titulo especial de dominio, de que não goza outra nenhũa no mûdo, fundadas immediatamente por elle por hum mesmo modo, & para hum mesmo fim. Fundou Christo sua Monarchia espiritual crucificado no Calvario, dizem os Sanctos padres, Crucificado no Campo de Ourique fundou esta sua temporal, dizem as historias. (cf. Spinola 1652: 1) ^[19]

Todo o exórdio é preenchido por esta acentuação ideológica: ambos os reinos Cristo os estabeleceu para si; a entrega fez-se por intermédio das suas Chagas; o fim foi a propagação do Evangelho, a perpetuidade os consagraria (*idem*, 1-2). Daí infere que tanto o Papa como o Rei de Portugal são vigários de Cristo na terra: um para o temporal e outro para o espiritual (*idem*, 2). E, como cerne da similitude entre os dois, convergente nos meios, as chaves das duas monarquias eram as Chagas de Cristo – chave do paraíso e instrumento de conquista:

A Monarchia he espiritual; pois sejaõ espirituaes suas conquistas: Para conquista do Reyno do Ceo, para conquista do Reyno da Gloria, para conquista do Paraíso: *Tibi dabo claves Regni coelorum*. Estas mesmas chaves deu Christo ao sancto Rey, & seus descendentes na fundação desta sua Monarchia temporal: *Insigne tuum ex pretio quo ego humanum genus emi, compones*.^[20] Para que? Para conquistas temporaes suas conquistas.^[21] Como se dissera o Senhor: Tomai (õ Rey Portugues) as chaves da terra, para a conquistar, & sojeitar debaixo do vosso Imperio, tomai as mesmas chagas, que dei a S. Pedro, para conquistar o Ceo. Ide com ellas abrir as portas de África senhorear o Reyno de Angola, dominar o Estado do Brasil. [...] a costa fertilissima da india, a rica perola Ilha de Ceilão a grão cidade de Meliapôr, famosa por ser do meu Apostolo S. Tomé, as terras grandiosas de Bengala, o admiuavel Pegu, as muytas, & grandes fortalezas do Malayo, o Babilonico Seyão, Cambõja, & Cõchiochina, o dilatado Imperio da China, as Ilhas de Samàtra, Borneo & as Malúcas, hũa, & o Iapão, finalmente hum mundo, aonde nace o Sol, & as riquezas. (*idem*, 3)

Semelhante recurso geográfico, atinente a dar uma dimensão do império português, é retórica, porém circunstancialmente conseguido. Se por um lado, se justificava a legitimidade da empresa ultramarina portuguesa com o proselitismo religioso e se incitava à continuidade que conduziria ao domínio do mundo, por outro lado se encorajava à defesa da integridade territorial do espaço já conquistado. Havia motivo para fazê-lo, se pensarmos na corrente que em Lisboa existia com vista a um acordo com a Holanda, que passava pela cedência de parcelas do império já em sua posse, e de que Vieira era um dos defensores (ver Cidade 1942: 1-14; 1951a: VII-XXV e 1-28; 1951b: 29-106). O realismo político que avalizava a posição destes últimos – e que por conjuntural, não invalidava a coerência com que comungavam no mesmo sonho do *Quinto Império* – parecia traição ao passado e carência de fé no destino providencial da nação eleita em Ourique para o domínio do mundo. Mas o que se deve, uma vez ainda, ressaltar é a natureza deste império, constante de dois poderes monárquicos, exercendo no mesmo espaço, em perfeita coordenação, duas funções política e espiritualmente orientadas para a salvação da humanidade.

Por sua vez, no sermão da terceira quarta- feira da quaresma, na Capela Real de Lisboa, em 1651, a dimensão do futuro império, que se aguarda para a monarquia portuguesa, Vieira expõe-na alegoricamente, a partir do comento da palavra *tuo* do memorial evangélico da petição da mãe dos apóstolos Tiago e João. Na base desta passagem, está o profetizado reino de Cristo, nas revelações de Isaías e Daniel: estendido do setentrião ao meio-dia, formado por "todas as gentes, todos os povos,

todas as línguas" e "servido de todos os Reys, & Monarchas do Mundo" (cf. Vieira 1683: 92). Daí o conjunto de exigências, a requerer especiais qualidades aos ministros, que implicavam o "conhecer as regiões, & as gentes, para perceber, e entender as línguas, para compreender os negocios de Estado, & tantos Estados, para responder ás embaixadas, para aceitar as obediencias, para capitular as condições, para estabelecer as pareas, para ajustar os tratamentos: enfim para concordar as vontades, & compor os interesses de todos os Reys & Principes do Universo" (*idem*, 95). Razões suficientes para se excluírem candidatos ocasionais e se avaliarem competências, tanto mais que, no visionarismo milenarista, iriam administrar um reino onde seria preciso conter a voracidade do lobo "& a gula real do leão, a que se sustête, como o boi, da eyra, & da montaria, & do bosque", concluindo o orador:

A Ley não pode ser mais justa, nem mais benigna; porque assaz indulgencia, & favor se faz ao Leam, que passeia, & não trabalha, em que coma igualmente à custa do boy, o que elle puxando pelo arado, & pela grade, pelo carro, & pela trilha, começou, & acabou com tanto trabalho. Mas como este mão foro está tão introduzido pelo costume, & tão canonizado pelo tempo; que zelo, que força, & que resoluçam havera de Ministros tão intrepidos, & constantes, que contra tam poderosos contrarios a pratique, a estabeleça & a defenda. (*ibidem*)

Há aqui, pois, um império terreno que tende para a dimensão utópica.

2. A leitura profética do "milagre" de Ourique, como se acentuou de início, não apontava apenas para o advento de um redentor da pátria, mas também de um imperador do mundo. O monarca que Deus escolhera para a realização do *Quinto Império*, segundo a mentalidade visionária de Vieira e dos pregadores da Restauração de 1640, só podia ser o de Portugal de novo restituído às suas "antigas liberdades".

Se, porém, D. João IV morrera sem realizar a parte ecuménica dos vaticínios feitos ao rei fundador, o caminho continuava aberto para outras mistificações que tivessem como objecto esse referente idealizado. A utopia só necessitava de arrojo criador ou de extrapolações no plano de uma conjuntura histórica propícia. Assim aconteceu com a transferência feita pelo P. António Vieira para uma futura ressurreição do monarca restaurador,^[22] e depois para os seus descendentes (Cf. Vieira 1926: 38-39). Outros oradores também o tentaram encorajados pêlos sucessos militares conseguidos na luta pela consolidação da independência e reconquista do ultramar caído na posse dos holandeses (Ver Sá 1665; Deus 1664).

Com efeito, o jesuíta António de Sá, no aniversário natalício de Afonso VI, em 1663 – alternando o excesso encomiástico, a um monarca física e psiquicamente diminuído, com a crítica a uma orientação política feita sob a sua responsabilidade nominal –, serviu-se do pretexto, aliás vulgar na oratória barroca, da exposição da Eucaristia para sugerir que o verdadeiro "desejado" era o Soberano reinante, O *esperado descoberto*, para realizar o sonho imperial:

A estrela em cujos rayos me mandaraõ ler os prognósticos deste grande dia, he Christo Sacramentado; estrela, na qual depois de por muitas vezes attentamente os olhos achei tam cuberta sempre de nuvês, que vim a sospeitar, que era sem duvida estrela do encuberto; & conferindo este pensamento meu com o nascimento natural de vossa Magestade ao mundo, & cõ o nascimento politico de V. Magestade ao Reino resolvi comigo, q se V. Magestade não era o encuberto esperado era o esperado descuberto. (Sá 1665: 1)

Aliás esta ideia, de que as profecias referentes ao "imperio mayor", como lhe chamou Ardizzone Spinola, se consumariam nos filhos de D. João IV, já aparece no sermão de S. José, deste mesmo orador, pregado em 1649 e publicado de imediato.^[23] Na Capela Real, dirigindo-se ao príncipe D. Teodósio, afirmou-o em termos que permitiam concluir que o "encoberto" para realizar esse sonho imperialista no sentido pautado em Ourique seria o herdeiro do trono (Spinola 1649: 22). Como mais tarde aponta no texto certamente reelaborado nessa passagem em que se refere a propósito do então regente, o futuro D. Pedro II, seria este o predestinado para monarca do prometido império (Spinola 1680c: 697).

*

Assim, em suas linhas gerais, se perspectivou e manipulou patrioticamente, como a conjuntura impunha, a promessa de um império universal na sermonária portuguesa, ao longo do período restauracionista sendo a mesma de primordial relevância para a consolidação e defesa da independência restaurada e do extenso Além-Mar, que fazia parte integrante do país, bem como do advento do sonho ecuménico e milenarista profetizado ao Monarca fundador, que embalou durante séculos a nação lusa.

NOTAS

[1] Ver "Dimensão profética do "milagre de Ourique": raízes do destino messiânico da nação portuguesa", t. 2, pp. 109-145, in Marques 1989.

[2] Cf. Escobar 1655. A edição 1ª é de 1655, mas há outra de 1672. O rei esteve doente em Salvaterra, "lugar de recreação", onde costumava passar os meses de inverno, com a gente de sua casa real (Jesus 1942: 230).

[3] Os sermões pregadores e publicados por Vieira e Ardizzone Spinola, no dia de S. José, na Capela Real, ascendem a dois cada, respectivamente nos anos de 1642 e 1644 e 1649 e 1650.

[4] Cf. Almeida, 1686: 25. O pregador cita as palavras proféticas de Ourique – *Volo in te et in semine tuo imperium mihi stabilire* – e, à margem, escreveu: *Verba Christi Dni in iuramêto feren*. Reg. 11 def. Henriq Año 1152.

[5] Recorde-se que o Sermão da Imaculada de 1653, pregado no Funchal por Francisco de Castro (Rochela, 1656), durante a celebração de uma missa nova, se refere precisamente a esse costume.

[6] Luís de Sá diz que a possui há 12 anos (cf. f. 12v.). No *Memorial de Pero Roiz Soares* encontram-se, em versão latina e portuguesa, estas profecias com a indicação de haverem chegado a Lisboa em Maio de 1628 (cf. edição de Manuel Lopes de Almeida: 1953, pp. 506-508).

[7] Como se sabe, a Capela Real tinha por orago, desde o reinado de D. Manuel I, o Apóstolo S. Tomé, protector da Índia; e em 1581, no reinado de Filipe II, foi trasladada para local do Paço da Ribeira onde se conservava ainda no tempo de D. João V. Cf. Sousa, 1947: 107.

[8] Ver Moreira 1641: f. 8v, perguntando enfaticamente o orador: "Mas que profecias são estas? Certo que o não saberei dizer. Porem o que se ve he, que os sucessos vistos parece que os canonizão, & as declarão, & o espirito que as conseruou tantos annos naquelles papelinhos, as poderia dictar".

[9] O jesuíta Francisco Gomes confirma também a data de 1515 (cf. Gomes: f. 30).

[10] O pregador refere-se a Pietro Angelo (ou Angeli) Bargeo (ou de Bargo), poeta italiano (1517-1596), nascido em Bargo (Toscana) e falecido em Pisa.

[11] Há aqui um equívoco ou uma manipulação patriótica de factos. Na verdade, não foi D. João IV (1604) o único príncipe da Europa a nascer após 1600, pois o mesmo sucedera a Luís XIII (1601) e a Filipe IV (1605).

[12] Prudêncio Sandoval (c. 1560-1621), beneditino espanhol, cronista régio, bispo de Tui (1608) e de Pamplona (1612), muito citado pelos historiógrafos alcobacenses, escreveu, entre várias obras e trabalhos genealógicos sobre certas famílias nobres, *Historia de la vida y hechos del emperador Carlos V*.

[13] O episódio a que o pregador se refere, citando Sandoval, insere-se na viagem a Espanha (1517-1520) de Carlos V que aqui se deslocara para receber a coroa imperial.

[14] Sobre a antiguidade e origens histórico-lendárias de Vila Viçosa, a ermida de S. Tiago, o culto de Prosérpina e o nome de Callipole, dado por André Resende em 1593 (cf. *Libri quattuor de Antiquitatibus Lusitaniae*), ver Espanca 1892: 13, 63-100.

[15] Os sonhos de Nabucodonosor, o da árvore e o da estátua (Dan. 2 e 4), são "prophecias de seu império & doutrina muy sarta dada do Ceo aos Reys da Terra", afirmou Spinola (1680c: 701). E, à maneira de Cristóvão de Lisboa, vê espelhada naqueles sonhos a forma como o império de Portugal evolui (cf. *idem*, 702-703).

[16] Sobre a Monarquia Universal um dos mitos do Ocidente, ver entre outros: Bataillon 1966: 226-228; Delemeau 1978: 199-208, 225-227 e *passim*; Solé 1979: 82-102, 124-128 e *passim*; e Elorduy 1944. Trata-se de um mito que, no entanto, conhecia os seus opositores. Já no tempo de Francisco Suarez (1548-1617) a viabilidade de uma Monarquia Universal, como realidade geo-política, perdia terreno, a ponto de se considerar utópica. Cf. Beau 1959: 395 e 407-416. Todavia, a existência de uma tradição doutrinária coeva, que ao menos teoricamente não rejeitava a ideia da Monarquia universal, e a pressão de certos contextos nacionais e internacionais, paralelamente com o proselitismo evangélico da conversão e salvação da humanidade, permitiram a persistência desse visionário utópico do *Quinto Império*, como Vieira o concebia. Ver a propósito: Beau 1959b: 421-434.

[17] À margem cita: "Innoc. III const. 28". Trata-se de uma referência à transcrição latina inserida no texto e que remete para a "Constitutio" 28, de Inocêncio III (1198-1216).

[18] Havia, nesta altura, 14 dioceses da Metrópole e Ultramar sem bispo.

[19] À margem cita: "F. Bern. P. 1 de Chronica de Cister L. 4. p. 132. Almeid. da Rest. de Portug. I p. C. 5 Sousa do maior triumph. in princ". As obras citadas são facilmente identificáveis, com excepção da última. Tratar-se-á de alguma parte da *Lusitania Liberata* (1645) de António de Sousa de Macedo?

[20] À margem: "Mat. 16, 15, Hierony. apud Thom. opusc. 58. [=S. Jerónimo, apud S. Thomas, *Opusculus*, 58].

[21] À margem: "Fr. Ber. P. I Chr. de Cister, lib. 3.C.3, Vieg. L. 4 p. 132. Almeida de restaur. de Port. P. I, c. 15". Trata-se das conhecidas obras de Bernardo de Brito, A. Pais Viegas e Gregório de Almeida.

[22] Cf. Azevedo 1931: 317; Cidade 1957: XIV-XV.

[23] Saiu, de facto, ainda em 1649.

Obras Citadas

Almeida, Cristóvão de (1686), "Sermam em Aççam de Graças pela Vittoria de Aljubarrota", in *Sermoens Varios*, IV, Lisboa.

- Almeida, Manuel Lopes de (ed.) (1953), *Memorial de Pero Roiz Soares*, Coimbra, Por ordem da Universidade.
- Areda, Diogo de (1646), *Sermão do Apóstolo S. Thome*, Lisboa.
- Azevedo, Lúcio de (1931), *História de António Vieira*, vol. II, Lisboa, Edição Clássica Editora.
- Bandeira, António (1643), *Sermão [...] na See [...] de Coimbra [...] no nascimento do Serenissimo Infante Dom Affonso*, Coimbra.
- Bataillon, Marcel (1966), *Erasmus y España: estudios sobre la historia espiritual del siglo XVI*, Trad. Antonio Alatorre, México, Fondo de Cultura Economica.
- Beau, Albin Eduard (1959), "O conceito e a função do *Imperium* em Francisco Suarez", in *Estudos*, vol. I, Coimbra, Por ordem da Universidade. pp. 371-420.
- ___ (1959b), "A ideologia Imperialista do Padre António Vieira", in *Estudos*, vol. I, Coimbra, Por ordem da Universidade. pp. 421-434.
- Borges, A. Antunes (1957), "Provisão dos bispos no reinado de D. João IV", in *Lusitania Sacra*, II, Lisboa, pp. 119-128.
- Castro, Francisco de (1656), *Sermão da Conceição de Nossa Senhora*, Rochela.
- Cidade, Hernâni (1942), "O 'Judas do Brasil' Francisco de Sousa Coutinho. Algumas cartas inéditas sobre a sua acção diplomática na Holanda", in *Brasília*, I, Coimbra, pp. 1-14 (separata).
- ___ (1951), "Prefácio", in P. António Vieira, *Obras escolhidas*, III, Lisboa, Sá da Costa.
- ___ (1957), "Introdução", in António Vieira, *Defesa Perante o Tribunal do Santo Officio*, I, Salvador-Baía, Universidade.
- Conceição, João da (1641), *Sermam que pregou, em a [...] Real Capella [...] em 18 de Dezembro de [...] 1640*, Lisboa.
- Delumeau, Jean (1978), *La Peur en Occident*, Paris, Fayard.
- Deus, João de (1664), *Sermão [...] à Rainha Santa*, Coimbra.
- Elorduy, Eleuterio (1944), *La idea de Império en el Pensamiento Español y de otros Pueblos*, Madrid, Espasa-Calpe.
- Escobar, Francisco (1650), "Sermam Funebre nas Exéquias do Infante, Dom Duarte", in *Exequias do Serenissimo Infante D. Duarte*, Lisboa.
- Espanca, Joaquim J. da Rocha (1892), *Compêndio de notícias de Villa Viçosa*, Redondo.
- Espírito Santo, José do (1659), "Sermão Segundo da Immaculada Conceição", in *Sermões Vários*, Lisboa.
- Gomes, Francisco (s.d.), *Sermão primeiro [...] o Collegio de Iesu de Coimbra na eleição de N. Sõr Dom Joaõ o 4º*, A. N. T. Tombo, ms. da Liv. 2147, f.30.
- Jesus, Rafael de (1942), *18ª Parte da "Monarquia Lusitana"*, II, Coimbra.
- Lisboa, Cristóvão de (1644), *Sermão [...] a 18 de Setembro de 1643*, Lisboa.
- ___ (1646), *Sermão [...] da Immaculada Conceipçam*, Lisboa.
- Lopo Soares (1643), *Sermão [...] na [...] catedral da cidade de Elvas [...] na ocasião da porcição geral [...] de 1643*. B.P. de Évora. CXXII. f. 8. pp. 2-20.
- Marques, João Francisco (1989), *A Parenética Portuguesa e a Restauração, 1640-1668. A revolta e a mentalidade*, 2 ts., Porto, INIC/Faculdade de Letras.
- Moreira, Filipe (1641), "Sermão", in *Applausos da Universidade a el Rey n. S. D. João o III*, Coimbra.
- Sá, António de (1665), *Sermaõ [...] no dia que S. Magestade faz annos em 21. de Agosto de 663*, Lisboa.
- Sá, Luís de (1641), "Sermam Encomeastico, e Demonstrativo", Coimbra.
- Sandoval, Prudêncio (1625), *História de la vida Y hechos del emperador Carlos V*, Barcelona, Sebastian de Cormellas.
- Solé, Jacques (1979), *Les Mythes chrétiens de la Renaissance aux Lumières*, Paris, Albin Michel.
- Spinola, A. Ardizzone (1649), *Nascimentos da Magestade Del Rey [...] Dom João IV [...] celebrados na solemnidade do Espozo da Virgem Sam Joseph*, Lisboa.

___ (1652), "*Saudades da Índia [...] aos 21 de Dezembro de 1648*", Lisboa.

___ (1680a), "Felicidades de Portugal debaixo do domínio de seus reis naturais", in *Cordel Triplicado de Amor a Jesus Sacramentado*, Lisboa.

___ (1680b), "Liberdade de Portugal Redemido [...] Pregou-o na Índia [...], no primeiro dia de Dezembro de 1642, in *Cordel Triplicado de Amor a Jesus Sacramentado*, Lisboa.

___ (1680c), "Política Christã [...] pregada [...] em I. de Janeiro de 1651", in *Cordel Triplicado de Amor a Jesus Sacramentado*, Lisboa.

Sousa, António Caetano de (1947), *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, III, Coimbra.

Soveral, Roque de (s.d.), *Oração [...] na solene Porcisão [...] em exaltação [...] Rey Dom João o quarto de Portugal*, B. P. de Évora, Ms. 448.

Trindade, António da (1645), *Serman pregado em dia do Seraphico Padre Sam Francisco*, Lisboa.

Velho, Jorge (s.d.), *Sermão que pregou [...] dia de S. Tomé*, B. P. de Évora, res. 463, f. 29.

Vieira, António (1642), *Sermão que pregou na Capella Real ó primeiro de Janeiro [...] de 1642*, Lisboa.

___ (1644), *Sermam do Esposo daMay de Deos, S. Loseph*, Lisboa.

___ (1683), "Sermão da Terceira Quarta feira da Quaresma", in *Sermoens do P. António Vieira*, t. III, Lisboa.

___ (1926), *Cartas*, II, Coimbra.

___ (1951) "Parecer sobre se restaurar Pernambuco e se comprar aos Holandeses. Ano de 1647" ("Papel a favor da entrega de Pernambuco aos Holandeses"), in *Obras Escolhidas*, III, Lisboa, Sá da Costa.

___ (1696), "Sermão de S. Joseph, [...] na Capella Real, anno de 1642", in *Sermoens do P. António Vieira*, t. XI, Lisboa.